



**ANA MARIA CAMPOS**  
anacampos.df@dabr.com.br



## Câmara Legislativa discute criação de mais duas RAs

A Câmara Legislativa do DF (CLDF) discute a criação de mais duas novas regiões administrativas. Hoje, são 35. A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou, nesta semana, a implantação das RAs de Ponte Alta Norte e do Noroeste. A primeira iniciativa partiu do deputado distrital Rogério Morro da Cruz (PRD), e a segunda, pelo deputado Martins Machado (Republicanos).

### Desmembramento do Gama

Na justificativa para a criação da Região Administrativa de Ponte Alta Norte, Rogério Morro da Cruz sustenta que atualmente a localidade abriga aproximadamente 40 mil habitantes. Seria um desmembramento do Gama. "Ponte Alta Norte e seus núcleos vizinhos — Casa Grande, Monjolo e Olhos D'Água — passaram, nas últimas décadas, por expressivo crescimento demográfico e urbano, o que gerou novas demandas por infraestrutura, ordenamento territorial e serviços públicos básicos", afirma o distrital.



### Mais perto

O deputado Martins Machado defende que a criação de uma administração regional no Noroeste vai aproximar o morador das decisões governamentais.

### Custos extras

Como se sabe, a criação de regiões administrativas acarreta a implantação de administrações regionais, com cargos, custos e indicações políticas.



## Homenagens a Campos Neto e Caiado

Dois projetos que devem provocar controvérsia com a oposição no DF devem entrar na pauta de votação da próxima sessão da Comissão de Assuntos Sociais da Câmara Legislativa: a concessão do título de cidadão honorário de Brasília para o ex-presidente do Banco Central Campos Neto — de iniciativa do deputado distrital Thiago Manzoni (PL) — e para o governador de Goiás, Ronaldo Caiado (União). Nesse caso, a autoria da homenagem é do deputado Eduardo Pedrosa (União).

### Mais tempo para estacionar

Projeto de lei em tramitação na Câmara Legislativa estabelece um período mínimo de 30 minutos de tolerância em estacionamentos de estabelecimentos comerciais do Distrito Federal para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Nesse período, o consumidor fica livre do pagamento ao estacionar o carro. O projeto é de autoria do deputado Robério Negreiros (PSD).



### Mérito cristão

O governador Ibaneis Rocha sancionou a Lei nº 7.740/2025, de autoria do deputado Iolando (MDB), que institui no Distrito Federal a Medalha do Mérito Cristão. O objetivo da honraria é homenagear, anualmente, até 20 pessoas físicas ou jurídicas que se destacaram "na promoção da evangelização e paz no DF".



### Sucateamento

Em vistoria a um abatedouro, em Samambaia, a deputada Paula Belmonte (Cidadania), presidente da CPI do Rio Melchior, deparou-se com maquinário sucateado, vazamentos e falta de impermeabilização adequada do solo. A visita foi motivada por denúncias de que água avermelhada, em tom de sangue, estaria sendo despejada no rio. "O processo é rudimentar e sem os cuidados necessários. Isso nos traz muita preocupação", afirmou a parlamentar, que cobrou inspeções mais rigorosas dos órgãos de fiscalização. Agora, a CPI prepara novos requerimentos para aprofundar as investigações sobre os riscos ambientais.

Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos\_cb

## SEGURANÇA / Policiais civis do DF rejeitam contraproposta do governo à reivindicação de paridade salarial com federais

# Sem acordo para reajuste

» LUIZ FELLIPE ALVES\*

Foto: Luiz Felipe Alves/CB/DA Press



Policiais civis se reuniram com representantes do governo federal ontem para negociar o reajuste salarial

Na manhã de ontem, cerca de 400 policiais se reuniram em frente ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) para prestar apoio à reunião que teve como pauta principal a discussão da paridade salarial entre agentes da Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF) e a Polícia Federal (PF). A proposta foi enviada pelo governador Ibaneis Rocha (MDB) ao governo federal em fevereiro deste ano. A diferença entre as duas categorias chegará a 26% em 2026.

A igualdade salarial entre agentes das Polícias Civil e Federal foi descontinuada em dezembro de 2016. Segundo o sindicato, a isonomia entre as duas instituições nasceu com a própria criação da PF, que surgiu a partir do antigo Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP), do qual também fazia parte a Polícia Civil do DF. Assim, reajustes para qualquer categoria eram aplicados, também, na outra. "Fizemos a conta e a União possui verba para equiparar nossos salários (PCDF e PF)", comentou o diretor de Assuntos Sindicais do Sindicato dos Policiais Civis (Sinpol-DF), Marlos Valle.

A reunião, que teve início às 10h, foi chefiada pela ministra Esther Dweck e contou com a participação dos presidentes do Sinpol-DF, Enoque Venâncio de Freitas, e do Sindicato dos Delegados de Polícia do Distrito Federal (Sindepo-DF), Cláudia Alcântara; do

secretário de Segurança Pública do DF, Sandro Avelar; do deputado distrital Rafael Prudente (MDB); da deputada federal Erika Kokay (PT); da senadora Leila Barros (PTB-DF) e do secretário de Economia do DF, Daniel Izaías.

### Frustração

Após três horas de reunião do Fórum de Negociação, a União apresentou uma contraproposta ao pedido

dos policiais. O reajuste sugerido foi de 18% em duas parcelas: uma agora em setembro; e outra em abril de 2026. Essa medida causou insatisfação nos servidores. Ao **Correio**, policiais civis relataram frustração após a negativa.

Juliana Nunes, escritora de polícia, faz parte da corporação há 25 anos. Ela contou que estava com boas expectativas pelo reajuste. "Estamos aguardando há muitos anos. Perdemos a paridade que era histórica", contou.

Enoque Venâncio, presidente do Sinpol-DF, conversou com a reportagem, e detalhou os próximos passos da organização. "De antemão, vou levar essa contraproposta para decidirmos em Assembleia na segunda-feira. Lutar pela restauração da paridade é lutar por justiça pelos nossos policiais", desabafou.

Para a presidente do Sindepo-DF, Cláudia Alcântara, a medida foi uma questão política. "Não

### Diferença no bolso

PCDF	
Delegado/Perito Especial	R\$ 30.542,92
Delegado/Perito 1ª classe	R\$ 25.815,00
Delegado/Perito 2ª classe	R\$ 22.085,08
Delegado/Perito 3ª classe	R\$ 21.449,24
Agente/Escrivão/Papiloscopista Especial	R\$ 18.417,51
Agente/Escrivão/Papiloscopista 1ª Classe	R\$ 13.969,28
Agente/Escrivão/Papiloscopista 2ª Classe	R\$ 11.634,01
Agente/Escrivão/Papiloscopista 3ª Classe	R\$ 11.085,72
PF	
Delegado/Perito Especial	R\$ 36.469,51
Delegado/Perito 1ª classe	R\$ 32.826,72
Delegado/Perito 2ª classe	R\$ 28.643,83
Delegado/Perito 3ª classe	R\$ 26.800,00
Agente/Escrivão/Papiloscopista Especial	R\$ 21.987,38
Agente/Escrivão/Papiloscopista 1ª Classe	R\$ 17.997,59
Agente/Escrivão/Papiloscopista 2ª Classe	R\$ 15.377,21
Agente/Escrivão/Papiloscopista 3ª Classe	R\$ 14.164,81

Fonte: Lei 14.724/2023 e Lei 14.875/2024

esperávamos. Tecnicamente, ouvimos de todos, no Ministério, que estava ajustado. Agora, apresentaram outro percentual, isso nos faz perceber que não é uma questão técnica", afirmou.

Policial civil há 11 anos, Talles Murilo compartilhou as suas expectativas sobre novas reuniões. "No governo Lula, sempre houve a isonomia. Esperamos que isso retorne com ele também. Esperamos que o

governo que tem pauta sobre os trabalhadores nos ajude nessa questão", complementou.

A senadora Leila Barros comentou que o reajuste salarial não é uma pauta partidária, mas importante para todo o Distrito Federal. "Não iremos desistir. Contem conosco durante toda a luta", afirmou.

\*Estagiário sob a supervisão de Patrick Selvatti